

A UNIVERSIDADE E OS SENTIDOS DA FORMAÇÃO HUMANA: Algumas Notas Críticas

UNIVERSITY AND THE DIRECTIONS OF HUMAN FORMATION: A Few Critical Notes

Douglas Correia Dos Santos¹

Andréa Kochhann²

Resumo: O presente trabalho é uma pesquisa de conclusão da pós-graduação em Docência do Ensino Superior, tendo como base de análise a teoria marxista, e alguns teóricos que abordam a sociedade do conhecimento, e os desafios da universidade no século XXI. Sendo o objeto deste estudo a formação humana na universidade. Tais estudos são discussões do GEFOPÍ - Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade. O desenvolvimento dos ideais de formação humana na conjuntura da universidade corrompida pela lógica de mercado, no qual os próprios indivíduos depositam na educação, somente uma alternativa de qualificação social, ou seja, o capital humano. Sendo assim necessário, pensar alternativas junto às imposições do sistema capital, que busca reduzir a função da universidade somente aos seus princípios e romper com os grilhões da alienação, da falsa consciência e, a educação deve ser o suporte para a emancipação humana.

Palavras-chave: Formação humana. Emancipação humana. Universidade.

Introdução

O tema deste trabalho é a formação humana na Universidade, sendo que a delimitação se estabelece na investigação sobre a produção intelectual na universidade na análise bibliográfica de autores acerca da relação com a sociedade capitalista, mediante a produtividade científica para a formação humana. O problema que norteia o trabalho é “Quais os sentidos da formação humana na universidade do século XXI?”. Assim, levantou-se como hipótese que os

¹ Licenciado em Pedagogia (UEG) douglascorreia dossantos@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia (UEG), Pedagogia (UEG), Especialista em Docência Universitária (UEG), Mestre em Educação (PUC/GO), Doutora em Educação (UnB), Docente da Universidade Estadual de Goiás, Coordenadora do GEFOPÍ (Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade). andreakochhann@yahoo.com.br

sentidos da formação humana na universidade do século XXI é o trabalho alienado ou a emancipação humana.

Mediante a problemática, o objetivo geral é apresentar os sentidos da formação humana na universidade do século XXI. Para alcançar o objetivo geral elegeu-se como objetivos específicos: apresentar a universidade do século XXI, discutir as concepções da teoria crítica sobre a formação acadêmica e conceituar trabalho alienado e emancipação humana.

Como justificativa para esse trabalho, apresenta-se que a formação superior, hoje, se apresenta como algo necessário ao mercado. Mediante a sua relação com a sociedade, por aproximadamente mais de oitocentos anos, na transição de vários modos de produção. Assim, a universidade é o lugar que fomenta o conhecimento para a formação humana para a emancipação? Como as tendências de mercado assolam a produtividade do ensino, na produtividade da pesquisa e na produtividade de serviço?

Sabe-se que a educação deveria ser testemunho da vida, como diz Meszáros (2008). E na época que vivemos, os homens buscam um capital cultural para se destacar no mercado, e quem fornece esta formação é a universidade. Desta forma, a razão para discutir sobre a produtividade científica na universidade, parte em compreender os paradigmas da universidade do século XXI sobre os dilemas da formação acadêmica para o trabalho alienado ou emancipação humana.

Este trabalho é reflexo de uma pesquisa qualitativa que se aproxima do método materialismo dialético, de caráter bibliográfico acerca da universidade diante dos paradigmas recentes da formação humana na sociedade do conhecimento tendo como destaque teórico Chauí (2003); Santos (2011) e alguns teóricos da Escola de Frankfurt.

A Universidade no Século XXI: Reflexões Iniciais

Nada mais comum que, vislumbrar uma formação humana que conceba ampla reciprocidade, em termos, econômico e social. Por certo, como discute Zeleza (2005) a universidade ao longo de oitocentos anos, ocupa lugar de prestígio como instituição social. A formação humana passa a ser cenário de debate na sociedade acadêmica, mediante as concepções de formação caracterizada pelo modelo de produtividade da universidade no tripé de ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, a evolução da sociedade capitalista (no sentido amplo do termo

evolução), acarretaram mudanças nas concepções da universidade, principalmente, no conceito da produtividade de ensino e pesquisa, que de acordo com Chauí (2003, p. 8) isto é,

A transformação do capital e da ciência, [...], articulada às mudanças tecnológicas referentes à circulação da informação, produziu a ideia de sociedade do conhecimento, na qual o fator mais importante é o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos.

As mudanças na funcionalidade da universidade são objetos do processo da formação acadêmica para o mercado de trabalho. Assim, as formas de progressos das instituições sociais suscitam condições de idealizações na transição das relações econômicas da sociedade capitalista, no controle social ou controle da produtividade e da formação humana na universidade.

Segundo Schwartzman (2008)

[...] na versão moderna dos economistas, a universidade seria a instituição que dotaria cada um de capital humano que produziria cada vez mais riquezas e iria, gradativamente, acabando com as desigualdades e aumentando o desenvolvimento do país. (SCHWARTZMAN, 2008, p. 80)

No campo econômico, a acumulação de riqueza e da produtividade é apenas uma idealização de igualdade de acesso. Deve-se pensar na adequação das novas relações sociais às forças produtivas, e a universidade, intencionalmente ou não, acaba por fazer essas mediações. Guimarães (2014) diz que os indivíduos objetivam-se no processo produtivo a pretensão de melhorar suas condições de existências. E com isto, as relações sociais da universidade são reduzidas à mera instrumentalização do trabalho intelectual ao aprimoramento do trabalho manual, chegando ao trabalho alienado se afastando da emancipação humana.

Os novos paradigmas da universidade vão de encontro com a comercialização do conhecimento, nos quais desvelam contradições históricas no papel significativo da universidade para o progresso da sociedade. Como afirma Guimarães (2014) que a união do conhecimento com o mercado tem aniquilado a teoria crítica da história. O que importa é viver o presente, aqui e agora, consumir a qualquer preço. Na esperança, de ir renovando e atualizando e, qualquer resistência às novas formas de consumo, são banalizados como atrasados. Denotando, uma política institucional de acordo com os mecanismos inerentes do mercado e de controle social.

Concordando com o que diz Guimarães (2014, p. 553) esses mecanismos “na verdade, não são novos [...] O que há de novo é a violenta exploração do trabalhador e a decorrente e extraordinária concentração de riqueza, graça às técnicas aprimoradas de extração da mais-valia”. As exigências do mercado condicionam os indivíduos à idealização de maior qualificação para suprir as necessidades do mercado. Além disso, o dinamismo do capital em integrar-se nas dimensões de formação dos indivíduos, sob o determinismo da produtividade na conjuntura da instituição social, a ideia de capital humano torna-se irrevogável. Como é explicitado por Piketty (2015) que

A noção de capital humano é bastante genérica, pois inclui as qualificações propriamente ditas (diplomas etc), a experiência e, de maneira mais ampla, todas as características individuais que afetam a capacidade de se integrar ao processo de produção de bens e serviços demandados. (PIKETTY, 2015, p. 69)

A noção de capital humano circunscreve a nomenclatura da universidade, de forma geral, no processo produtivo. Desta forma, como diz Meszáros (2008) que, sob a internalização de uma formação integrada com as práticas do mercado formam sujeitos aptos a (re) produzirem técnicas que facilite e traga maior rentabilidade aos capitalistas. Contudo, A formação humana para a emancipação e o discurso crítico tem sido negligenciado devido à transformação do conhecimento em capital, sendo importante para o Estado capitalista que o conhecimento seja voltado para a produtividade alienada. Assim, Chauí (2001) afirma que:

Desvinculando educação e saber, a reforma da universidade revela que sua tarefa não é produzir e transmitir a cultura (dominante ou não, pouco importa), mas treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra mão-de-obra e fornece força-de-trabalho. (CHAUÍ, 2001, p. 52)

Nesse sentido, a universidade acaba reproduzindo as desigualdades sociais, e de fato, de forma consciente ou não, a realidade da educação, como afirma Suchodolski (1978, p. 11) ao dizer que “a educação não é um elemento de igualdade social; é, pelo contrário, um elemento da hierarquia social burguesa moderna”. Nota-se que as tendências do mercado têm assolado as universidades. E com isto, o conhecimento, inevitavelmente, a sua funcionalidade tem sido direcionada ao cenário mercadológico, como forma de distinção dos melhores, ou seja, a funcionalidade do capital humano.

Desse modo, Santos (1989) diz que na efetivação da função da universidade diante do

controle da produtividade de ensino, pesquisa e extensão, se integra nas funções assumidas pela universidade, criando um sistema de produtividade embasado na mensuração da produtividade acadêmica, buscando suprir as necessidades da sociedade capitalista e não da emancipação humana.

Destarte, o conhecimento produzido se torna significativo, na medida em que, traga rentabilidade e meios que comprovem uma suposta qualidade do ensino, da pesquisa e até mesmo, da própria prestação de serviço da universidade à sociedade. Pois, o conhecimento é tratado como qualquer mercadoria que deve estar em consonância às premissas dos ideais do capital. E isto, segundo Bettelheim (1969) são as “[...] determinação correntes dos consumidores individuais, das coletividades e dos complexos econômicos, e a destinação de tarefas precisas correspondentes a essas necessidades para cada um dos complexos produtivos.” (BETTELHEIM, 1969, p. 98)

É possível perceber os avanços do capital financeiro na formação acadêmica, sendo que a emancipação humana fica comprometida, pois como destaca Piketty (2015) que “[...] a teoria do capital humano afirma apenas no trabalho não é uma entidade homogênea e que diferentes indivíduos, pelas mais variadas razões, são caracterizados por diferentes níveis de capital humano” (PIKETTY, 2015, p. 68-69). Assim, a decorrente escassez da formação crítica, a emancipação humana, certamente, o vislumbamento do horizonte econômico, são impregnados por uma falsa consciência política, alienada ao Estado capitalista.

Nestas condições de exploração da formação humana para o mercado é viés da economia e da política burguesa que sistematizam a formação humana contextualizada sobre o fator de idealização e de conformidade. Segundo Lazzarato (1997, p. 104) “a exploração do aspecto intelectual do trabalhador, no capitalismo contemporâneo, é uma afirmação da existência de uma subjetividade produtiva, relativamente diferente da subjetividade operária”. (LAZZARATO, 1998, p. 104) Desvelando condições de exploração do trabalho docente, em prol da produtividade acadêmica. E nesse sentido, Chauí (2001) afirma que “a universidade está estruturada segundo o modelo organizacional da grande empresa, isto é, tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição”. (CHAUÍ, 2001, p. 70)

Desta forma, a universidade se demonstra sitiada pelos propósitos do mercado neoliberal, condicionando à produtividade do ensino, da pesquisa e da prestação de serviço à flexibilização e a eficiência, sob a exploração do trabalho intelectual na pretensão de comprovar quantitativa e qualitativamente à eficácia do sistema empresarial. E esse conjunto de facetas

reduz a funcionalidade da universidade como mero setor empresarial, na configuração de uma produtividade alienada na instrução do trabalhador, sem a formação de uma consciência crítica e emancipada.

Os efeitos do processo de globalização capitalista nas instituições sociais, principalmente, na educação se apresentam, cada vez mais, crescente. A universidade, a formação intelectual dos estudantes e dos próprios professores, está sendo constantemente avaliados, que segundo Chauí (2003) são para comprovar a eficácia organizacional, por meio, da quantidade de publicações, colóquios e congressos. Artigos que muitas vezes, apenas demonstra a heteronomia da universidade do século XXI, sendo apenas um enriquecimento do currículo *lattes* do acadêmico e do professor. E com isto, a formação intelectual é deixada de lado, pois as exigências do mercado requerem uma preparação técnico-científica, para o trabalho alienado, deixando de lado a principal função social da universidade, a formação para a emancipação humana.

A universidade enquanto organização, a pesquisa ou investigação, sendo o principal elemento constitutivo da universidade moderna, é deteriorada como é explícito por Chauí (2003), pois, a

Pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar algumas coisas. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame do conhecimento instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que se realizar. (CHAUÍ, 2003, p. 7)

Desta forma, as iniciativas por parte da gestão racionalizada nos princípios administrativos, em nome de mudanças no modo de produção social da universidade, simplificam o contexto social da universidade sob o da grande indústria. Sendo, os traços da universidade paralela ao industrialismo, que significa a retórica e evidente ideia de produtividade. Arimoto (2005) diz que

Alguns fatores como industrialização, urbanização, massificação, produção e consumo em massa, encontram-se profundamente enraizados no industrialismo, que coloca toda a ênfase em quantidade, escala, racionalização e concentração. Por seu lado, a universidade moderna desenvolveu seus traços paralelos significativos, tais como: quantidade, escala, massificação e envolvimento, vistos como um produto dos valores e dos códigos da sociedade. (ARIMOTO, 2005, p. 188)

É importante destacar estes traços paralelos que são raiz motriz do envolvimento da universidade com as leis de demanda de formação para o mercado, que salienta a produção e

consumo em massa de conhecimento e informação. Portanto, as atividades da universidade são relevantes, na medida em que, produz e reproduz as condições indispensáveis para a sociedade baseada no conhecimento. Trazendo consigo mudança da universidade pública, que segundo Arimoto (2005), é a “mudança da ‘comunidade do conhecimento’ para o ‘conhecimento corporativo’”. (ARIMOTO, 2005, p. 184)

Arimoto (2005) ainda diz que “o material de tal produtividade acadêmica é o conhecimento, inclusive o conhecimento avançado e o conhecimento científico, sendo ambos tidos como equivalentes às disciplinas acadêmicas”(ARIMOTO, 2005, p. 181). Dentro de tal organização, o currículo prescrito, certamente, é o que apresenta maior fragmentação da realidade, devido à inclinação da sociedade a globalização, principalmente para as novas tecnologias.

Em face disto, a transição da “sociedade industrial” para a “sociedade do conhecimento” delinea a estruturação da universidade do século XXI. É importante destacar o que diz Ariomoto (2005), quanto às transformações que ocorrem na universidade, enquanto instituição social, que busca na sua política uma incorporação do “conhecimento corporativo”. Dando sentido a universidade como organização administrativa baseada na organização empresarial, que tende a perder autonomia na sua legitimidade enquanto instituição social.

Nesta situação, a universidade tem que se mostrar eficaz, no sentido, da formação politécnica. Os conhecimentos priorizados nesta formação (são os conteúdos obrigatórios) para fornecer um amplo conhecimento das funções relativas à profissão. Diante dessa lógica, Pikety (2015) fala sobre o processo de adaptação, no sentido, de adaptar os profissionais a satisfação do empreendedor e dos consumidores, ou seja, a lógica é capacitar os profissionais para a produção de bens e serviços demandados pelos consumidores, trazendo assim, o lucro,

As mudanças, simbolicamente no escopo da universidade, colocam em controvérsias as funções desenvolvidas ou aderidas na sua organização estrutural. São mudanças, principalmente, nas características entre a produtividade de ensino e a produtividade da pesquisa. Sendo o valor de tal produtividade do ensino e da pesquisa um suporte para a exploração do trabalho concreto, pois como afirma Zeleza (2005, p. 31) “[...] passam a ser considerados como investimentos econômicos, os seus custos e retornos tendem a ser calculados cada vez mais em função dos princípios que regem o mercado e o uso da propriedade”. (ZELEZA, 2005, p. 31)

Certamente, as crises que a universidade tem sofrido e está sofrendo, principalmente nas

questões das lutas travadas pelo contexto que se segue do capital global, evidenciam e agravam as crises sofridas desde o século passado. Diante destas questões, Santos (1995) destaca três crises: “a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional”. Sendo a raiz motriz de tais crises as distinções de funções, as dicotomias na relação da universidade com a sociedade, cujo agente principal destas questões é a crise de hegemonia.

A Teoria Crítica e a Formação Acadêmica: Algumas Concepções

Ao falar das crises da universidade, destaca-se a necessidade de reinventar a teoria crítica diante dos aparatos de dominação que vai se constituindo ao longo da sociedade industrial e, posteriormente na sociedade do conhecimento. Marcuse (1969) diz que

[...]As aptidões (intelectuais e materiais) da sociedade contemporânea são incomensuravelmente maiores que nunca dantes – o que significa que o alcance da dominação da sociedade sobre o indivíduo é incomensuravelmente maior do que nunca dantes. (MARCUSE, 1969, p. 15)

Desta forma, a racionalidade das forças de produção (intelectuais e materiais) da sociedade, simboliza a hierarquização das funções e condições da universidade. O progresso técnico do trabalho e, a necessidade da universidade de assumir determinadas funções da formação para o mercado de trabalho, mediante as questões de competitividade e de produtividade intensifica a necessidade de reinventar a teoria crítica e buscar alternativas para que a formação acadêmica não reduza meramente a formação técnica para o mercado de trabalho.

Marcuse (1969) diz que “[...] os primeiros conceitos das alternativas, a crítica da sociedade industrial alcançou concreção numa mediação histórica entre teoria e prática, valores e fatos, necessidades e objetivos”(MARCUSE, 1969, p. 16). A sociedade do conhecimento, hoje, está embasada na necessidade e objetivos de conquistar valores econômicos, e com essa evolução da sociedade industrial (racionalidade tecnológica) desencadeiam a perda da criticidade, perdendo a sua concepção e se configurando enquanto sociedade da informação. Tornando a teoria crítica impossível de transcender a realidade da sociedade capitalista.

A teoria crítica social dentro da universidade tem perdido espaço para o ensino profissionalizante. Pouco se interessa os níveis de autonomia da sociedade universitária, a perda de poder pode simbolizar uma desordem nas suas conjunturas. Deste modo, objetiva-se a

imposição dos ideais dominantes, alienando não somente o professor, mas também o corpo discente, formando o homem *unidimensional*³.

De igual modo a determinação da formação para o mercado, a consciência do ser social é deturpada pelo determinismo social do capital, como destaca Marx (2005) que “não é a consciência dos homens que determina seu ser; é seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2005, p. 52). Isto deixa claro, a influência da sociedade sobre os indivíduos na constituição do *ethos* social, destacando as condições prescritivas da crise na universidade sob a ideologia do mercado, no símbolo da qualidade na formação e na garantia dos valores retornáveis em termos econômicos. Eis os equívocos de concepção da função da universidade, que deveria ser espaço da crítica.

A massificação e globalização neoliberal da universidade colocam em evidências a crise de legitimidade e a crise institucional, que segundo Santos (2011) a perda de autonomia da universidade, se destaca a necessidade de a universidade ter que se transformar em um centro mercadológico. Isto é, a universidade como um mercado, no qual tal prerrogativa se concentra dentro da própria universidade, como denomina Santos (2011).

Desse modo, a crise institucional que se afirma devido ao corte de orçamentos, apontam para alguns vieses que as universidades, especificadamente as públicas, têm que assumir funções de formação para o mercado, na garantia da sua sobrevivência dentro do mercado universitário. Ainda pode-se destacar na teoria crítica o que diz Adorno (2013) que

[...] A forma do sistema é adequada ao mundo que, segundo seu conteúdo, se subtrai à hegemonia do pensamento; unidade e concordância são, porém, ao mesmo tempo a projeção deformada de um estado pacificado, que não é mais antagônico, sobre as coordenadas do pensar dominante, repressivo. (ADORNO, 2013, p. 20)

A racionalidade científica, submetida aos princípios neoliberais, como forma de regressão e repressão da teoria crítica da universidade. Assim destaca, principalmente, um sistema que prima na formação técnica sobre as bases da teoria do capital humano, sistematizando a competitividade de mercado a projeção do diploma, como já mencionado por Pikety (2015). Pensar na universidade do século XXI é pensar nas respostas que a universidade

³ Segundo Marcuse (1969, p. 32) *unidimensional* são “As aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa”.

tem que dar aos organismos internacionais, submetido ao pilar da produtividade; afirmando uma cultura industrial na universidade.

A crise da universidade, segundo Santos (2011) “[...] resulta de ela se ter deixado cooptar pela globalização hegemônica” (SANTOS, 2011, p. 58). Logo, o contexto global faz parte da realidade inerente da universidade, objetivando de forma sistêmica o sentido da formação humana para atender o contexto hegemônico do capital. Pois, já não basta atender a necessidades locais e nacionais, mas sim, o contexto global. E tais características se resumem na submissão da política nacional aos ideais da globalização neoliberal.

Desta forma, a crise da universidade é a transfiguração dos ideais políticos neoliberais, que reflete a idealização dos sujeitos e na política institucional a mera formação mercadológica. Destarte, idealizando um sistema eficaz de alienação do ser social à satisfação de consumidores de informação que preza não o conhecimento, mas um sistema de informações que se tornam propriedade de (re) produção e distribuição para a necessidade do mercado.

Além destes fatores, a sobrevivência da universidade, como destaca Santos (2011, p. 30) depende que esta esteja voltada para a “sociedade de informação e economia baseada no conhecimento”. Ampliando os conjuntos de relações da universidade, obrigando-a se adaptar as expectativas da sociedade capitalista. Santos (2011) ainda destaca

[...] que as relações entre as públicas relevantes sejam relações mercantis; que a eficiência, a qualidade e a responsabilização educacional sejam definidas em termos de mercado [...] que a universidade se abra (e torne vulnerável) às pressões dos clientes; que a concorrência entre “os operadores de ensino” seja o estímulo para a flexibilidade e adaptabilidade as expectativas dos empregadores; que existe a seletividade na busca dos nichos de consumo (leia-se recrutamento de estudantes) com o mais alto retorno para o capital investido. (SANTOS, 2011, p. 31)

Neste sentido, é preciso pensar alternativas para enfrentar os avanços da globalização neoliberal. Santos (2011) salienta que, a globalização contra-hegemônica como alternativa da universidade protagonizar a emancipação, sustentada pelos interesses de forças sociais conscientes do papel significativo da universidade. É necessário que a universidade seja pluriversitário⁴, não somente na concretização do conhecimento como formas mercantis, mas que o conhecimento seja por base fundamentada na crítica ao sistema, livres dos estigmas do

⁴ Conhecimento pluriversitário segundo Santos (2011, p. 42) “é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe é dada [...] É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua contextualização, obriga a um diálogo, ou um confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organizações menos rígida e hierárquica”.

capital. Como diz Meszáros (2008) o conhecimento da autoconscientização para emancipação humana, deve ser entendido como um elo recíproco entre educação e trabalho.

O entendimento da alienação capitalista, nas suas prerrogativas, concebe ampla representação de uma nova fase do capitalismo. Marx (2005) diz que “Na produção capitalista, o trabalhador é *não-proprietário* das condições de produção”(MARX, 2005, p. 252). A centralidade de tal problemática é que o sistema articula formas para que o trabalhador traga retornos no valor do seu trabalho. A alienação docente perpassa por este caminho; a dissolução de ideologias na equivalência da formação acadêmica é ativamente sob as atribuições das condições do trabalho docente, explícitas na exploração da produção intelectual.

Na medida em que se desenvolvem tais mecanismos de exploração, também surgem alternativas de contrapor as formas de exploração. O pensamento efetivo da hegemonia do capital é irrevogável, na mesma medida que o pensamento contra-hegemônico, também é irrevogável. A identidade do capital está firmada na exploração, no entanto, o pensamento de autoconscientização – contra-hegemônico – está como forma de superação de tal exploração.

Meszáros (2008) diz que “será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal de emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida?” (MESZÁROS, 2008, p. 47). Considerando a educação não como produto da atividade intelectual, mas uma consciente alternativa de romper com a lógica do capital. Naturalmente, em nome dessas alternativas aparece um contrato social alternativo aos pressupostos do capital.

E a universidade, como diz Santos (2011) deve criar um contrato educacional alternativo dos ideais da globalização neoliberal. A manutenção de tal sistema depende, unicamente, da concepção de mundo que o sistema educacional tem estruturado e oferecido sobre o dinamismo do capital na formação humana na universidade. O que deveria ser favoráveis às mudanças, torna inócuo, pois são constantemente manipulados; de modo que as condições sejam propriamente para a alienação aos ideais do capital.

As contradições da dominação por parte da globalização neoliberal são absolutamente em prol da conservação estrutural do capital, no entanto, como destaca Meszáros (2008) que “[...] as classes dominantes já não podem governar à maneira antiga, e as classes subalternas já não querem viver à maneira antiga” (MESZÁROS, 2008, p. 52). Tornando o ideal de emancipação humana dentro e fora da própria universidade uma realidade que se pode

concretizar. Pode-se ainda ressaltar, de forma concreta o processo e o envolvimento de uma educação que seja plena, como salienta Meszáros (2008) que

[...] Temos que reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical. Isso não pode ser feito sem desafiar as formas atualmente dominantes de internalização, fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal [...] O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma conformidade universal não altera o fato de, no seu todo, ela estar orientada para aquele fim. Os professores e alunos que rebelam contra tal desígnio fazem-no com a munição que adquiriram tanto dos seus companheiros rebeldes, dentro do domínio formal, quanto a partir da área mais ampla da experiência educacional ‘desde a juventude até a velhice’. (MESZÁROS, 2008, p. 55)

Aqui o trabalho concreto adquire relevância, no que diz respeito, a pertencer e desafiar o novo com o novo na ordem estabelecida. O sentido da alienação ao pressuposto do mercado na formação humana (nos aspectos profissionalizantes), na medida em que, a negação de tais prerrogativas alienantes do capital, seja deliberadamente exercida com uma contra-consciência (consciência verdadeira), minimizando os efeitos graduais, altamente em evidência, os efeitos da ordem capitalista.

Para que a universidade possa conceber uma formação humana emancipadora, ela tem que lutar contra o capitalismo global. Os seus serviços devem estar direcionado para a sociedade e não a ordem do capitalismo, e isto, devem estar ligadas a uma revolução de saberes dentro e fora da universidade, ou seja, a universidade não pode ser isolada da sociedade, mas interligada a ela, de maneira que esta busque sua legitimação da produção científica paralela às necessidades social. Santos (2011) diz que “a luta contra esta funcionalização só é possível através da construção de uma alternativa que marque socialmente a utilidade social da universidade, mas formule essa utilidade de modo contra-hegemônico” (SANTOS, 2011, p. 75). Eis uma luta que deve ser abraçada por todos os professores universitários.

Considerações

Se a ideia de formação humana na universidade do século XXI seguir as prerrogativas do capital, certamente, a funcionalidade da universidade será reduzida às expectativas do mercado de exploração do trabalho concreto e não à emancipação humana. O jogo de interesse em prol de uma mera formação profissionalizante conduz a perda de legitimidade do

pensamento crítico. É preciso antes de tudo, entender que a educação e o trabalho devem andar de mãos dadas, como testemunho da vida dos indivíduos, somente assim, a educação terá algum significado.

Desta forma, determinar a formação humana na universidade é pensar nas possibilidades do pensamento crítico para a emancipação humana. Não é pensar somente no presente, mas nas ausências (como é descrito por Santos (2007)), levando em consideração não somente a descoberta tecnológica, que traga rentabilidade, mas um contexto social emergencial, dos quais as desigualdades entre as classes não são somente em termos econômicos, mas também, cognitiva.

Desse modo, a revolução das mentalidades se torna necessário, na objetivação de um trabalho concreto que contemple uma alternativa da práxis social, em que os interesses da produção científica sejam para instituir mudanças na sociedade na sua totalidade. Pois lutar contra a ferocidade do capital, é preciso dispor de todas as armas e instrumentos concebidos pelas as contradições, para que a emancipação humana seja objetivo fundamental na constituição da educação oferecida pela a universidade.

ABSTRACT: The present work is a research of conclusion of the post-graduation in Teaching of Higher Education, having as base of analysis the Marxist theory, and some theorists that approach the knowledge society, and the challenges of the university in the 21st century. Being the object of this study the human formation in the university. These studies are discussions of GEFOP - Group of Studies in Teacher Training and Interdisciplinarity. The development of the ideals of human formation in the conjuncture of the university corrupted by the logic of the market, in which the individuals themselves deposit in education, only an alternative of social qualification, that is, the human capital. It is therefore necessary to think of alternatives alongside the impositions of the capital system, which seeks to reduce the function of the university only to its principles and to break with the fetters of alienation, of false consciousness, and education must be the support for human emancipation.

Key words: Human formation. Human emancipation. University.

Referências

ADORNO, Theodor W. **A dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar (edição digital), 2013.

ARIMOTO, Akira. **Observações sobre o relacionamento entre a função do conhecimento e o papel da universidade.** In: Sociedade de conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política. – Brasília: UNESCO, SESI, 2005.

BETTELHEIM, Charles. **A transição para a economia socialista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1969.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob novas perspectivas.** Revista Brasileira de Educação: nº 24 de 2003.

DRUCKER, P. (1976). **Uma era de descontinuidade:** orientações para uma sociedade em mudança. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

GUIMARÃES, Ged. **O sentido da formação e da gestão na universidade.** Linhas Críticas, vol. 20, num. 43. 2014 pp. 549 -562.

LAZZARATO, Michel. **Trabalho imaterial.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade da sociedade industrial:** o homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: O capital.** São Paulo: Nova Cultura Ltda, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade.** Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2015.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela a mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciências, universidade e ideologia: a política do conhecimento.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (Biblioteca virtual de ciências humanas), 2008.

SUCHODOLSKI, Bodgan. **Teoria Marxista da Educação**: Santos, SP: Estampa, 1978. Vol II.

ZELEZA. Paul Tiyambe. **Conhecimento, globalização e hegemonia: produção do conhecimento no século XXI**. In: Sociedade de conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política. – Brasília: UNESCO, SESI, 2005.